

QUESTÃO 01 (nota 1,5)

José da Silva, empregado da empresa Cravo e Ferradura Ltda., no dia 20/2/2011, foi vítima de um acidente de trabalho. Em virtude das lesões sofridas na ocasião, recebeu do INSS auxílio-doença acidentário por dois meses. Alguns dias antes da cessação do benefício, ainda não se sentindo em condições para o trabalho, José da Silva requereu a sua prorrogação, que foi indeferida, inclusive em sede recursal. Insatisfeito, propôs ação em desfavor da referida autarquia, objetivando a prorrogação do auxílio-doença acidentário.

- a) Sob a ótica da suspensão, interrupção ou da extinção do contrato laboral, discorra o candidato, considerando os fatos acima, sobre seus desdobramentos jurídicos.
- b) Acerca do tema suspensão total e suspensão parcial do contrato de trabalho, responda o candidato qual é a natureza jurídica do salário-maternidade, bem como da prorrogação desse benefício.
- c) Ainda sobre o tema, se o empregado é incorporado ao serviço militar, em virtude de convocação para manobras e exercícios, bem como para a manutenção da ordem interna ou guerra, o contrato de trabalho fica suspenso de forma integral ou parcial? Justifique.

QUESTÃO 02 (nota 1,5)

Jacinto Dores, empregado da empreiteira Construo Geral Ltda., foi contratado na cidade de Corumbá/MS, sede da empresa. Todavia, esta assumiu uma obra em Mundo Novo/MS, distante daquela primeira cidade em torno de 800Km. Jacinto era para lá enviado duas semanas por mês, a fim de fiscalizar a construção. Em uma dessas viagens, no percurso de volta, o trabalhador sofreu violento acidente de trânsito, ficando com sequelas graves e irreversíveis, o que culminou com sua aposentadoria por invalidez. Jacinto passou a residir em Campo Grande/MS, local onde há mais recursos médicos. Ingressou, então, com ação trabalhista na Vara do Trabalho desta última cidade citada, pleiteando indenização por danos morais e materiais.

- a) Na primeira audiência, a ré arguiu exceção de incompetência em razão do lugar, pois a contratação e parte da prestação dos serviços ocorreram na cidade de Corumbá. Solucione o incidente.
- b) Durante a instrução processual, verificou-se que o acidente ocorreu em virtude de culpa de terceiro. O prolator da sentença entendeu que, ao viajar habitualmente, Jacinto estava exposto a condições de risco, haja vista o perigo existente nas estradas brasileiras. Dessa forma, condenou a empresa a pagar, ao todo, R\$ 500.000,00 de indenizações, ainda não tendo a sentença transitado em julgado. Na execução provisória, alegando estado de necessidade, Jacinto pleiteou a liberação do numerário penhorado. Solucione a questão.
- c) No curso da execução, Jacinto requereu que o processo passasse a tramitar no juízo do local onde estão situados os bens da empresa sujeitos à expropriação. Resolva a questão.

QUESTÃO 03 (nota 2,0)

Um hipotético Sindicato das Empresas de Fabricação de Farinha de Mandioca e Fécula do MS instaurou dissídio coletivo no E. TRT- 24ª Região com o objetivo de definir cláusulas econômicas e sociais para a categoria. Em uma das cláusulas propostas, requereu fosse estabelecido o tempo de 40 minutos para refeição e repouso, sustentando que diversas empresas, que integram a categoria por ele representada, satisfazem os requisitos de que trata o § 3º do art. 71 da CLT. O sindicato dos empregados, por sua vez, manifestou discordância com a instauração do dissídio.

Tal entidade sindical, por outro lado, ajuizou, alguns dias depois, ação civil coletiva em desfavor de uma das empresas representadas pelo sindicato patronal, em trâmite na Egrégia Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS, requerendo seja assegurado aos seus empregados, de forma integral, o intervalo mínimo previsto no *caput* do art. 71 da CLT.

Considerando o enunciado acima, responda o candidato:

- a) O Juiz da Egrégia Vara do Trabalho de Três Lagoas deve suspender o andamento do feito até que decida o Regional acerca do dissídio coletivo?
- b) O direito postulado na ação civil coletiva afigura-se como individual homogêneo ou heterogêneo?
- c) O direito vindicado na ação civil coletiva foi reconhecido por sentença. O Regional por sua vez, também acolheu a pretensão formulada no dissídio coletivo para fixar o intervalo intercalar em 40 minutos. Considerando que ambas as decisões transitaram em julgado, subsistem os efeitos daquela?
- d) Quanto às funções reconhecidas pelo direito coletivo do trabalho aos sindicatos, as tratadas nos artigos 511, 521 "d" e 564 da CLT foram recepcionadas ou não pela CF/88? Responda de forma fundamentada.

QUESTÃO 04 (nota 1,5)

Em razão de doença ocupacional, o juiz de determinada Vara da Justiça Comum Estadual reconheceu que o trabalhador sofreu uma redução parcial e definitiva de sua capacidade. A sentença transitou em julgado em 2003. A condenação englobou: indenizações por danos materiais (pensionamento, danos emergentes e lucros cessantes) e por danos morais.

Houve acentuada piora nas condições de saúde da vítima/trabalhador, o que gerou evidente descompasso entre o valor da pensão mensal e o grau de incapacidade laborativa. Essa circunstância foi constatada em 2011.

INDAGA-SE: há mecanismos que permitam ao trabalhador obter a majoração do pensionamento? Em caso positivo, qual o órgão judicial competente?

QUESTÃO 05 (nota 1,0)

Sob a perspectiva constitucional, responda:

- a) Como deve proceder o Juiz do Trabalho Substituto, ao examinar determinado caso concreto, diante de normas de interpretação polissêmica ou plurissignificativa?
- b) Tal análise pode ser por ele levada a efeito, apesar da cláusula de reserva de plenário?

QUESTÃO 06 (nota 1,5)

Acerca do tema recuperação judicial e falência, responda:

- a) Ocorre a extinção da sociedade empresária com o trânsito em julgado da sentença que decreta a sua falência? Justifique.
- b) Tratando-se de empresa em recuperação judicial, a Justiça do Trabalho é competente para executar, de forma direta, as contribuições previdenciárias decorrentes das sentenças que proferir e de acordos homologados?
- c) Nas hipóteses de falência e recuperação judicial da prestadora de serviços, a execução pode ser redirecionada para a tomadora dos serviços quando reconhecida, judicialmente, como responsável subsidiária pelas dívidas trabalhistas da primeira? Justifique.

QUESTÃO 07 (nota 1,0)

Sob o aspecto psicológico, justifique o princípio da imediatidade na colheita da prova oral.